

Senado começa a discutir acordo da dívida

Já chegou ao Senado o protocolo do acordo firmado pelo governo com os bancos credores privados para o pagamento dos juros da dívida externa vencidos entre julho de 1989 e 31 de dezembro de 1990. O documento foi entregue ontem pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), e deverá ser votado ainda em junho — primeiro pela Comissão de Assuntos Econômicos e depois pelo plenário do Senado. O governo pretende pagar uma primeira parcela, correspondente a 25% dos juros atrasados — uma soma entre US\$ 750 milhões e US\$ 900 milhões —, dez dias após a aprovação do acordo.

O ministro Marcílio vai explicar o protocolo do acordo no Senado antes que o documento vá à votação, atendendo a convocações requeridas pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Maurício Corrêa (PDT-DF). Além de aceitar o chamado dos senadores, Marcílio se comprometeu também a comparecer no dia 27 ao plenário da Câmara dos Deputados para prestar um depoimento sobre a situação econômica do Brasil e o processo de inserção do País na economia mundial.

Conversão descartada

Na primeira visita oficial ao Congresso desde a sua nomeação, o ministro da Economia explicou aos senadores vários aspectos da negociação da dívida externa. Ele descartou a possibilidade de o Brasil utilizar o mecanismo de conversão da dívida em investimentos, e lembrou que a conversão, como ocorreu em 1987 e 1988, reduziu a dívida em dólares mas aumentou a expansão monetária e colocou em risco a estabilidade da economia. “Vamos resistir à conversão”, garantiu Marcílio.

No final do encontro, o ministro afirmou que a aprovação



Em sua primeira visita ao Senado, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, entrega o protocolo do acordo a Mauro Benevides.

do Senado será o “primeiro passo para que o País normalize suas relações com o Exterior, e isso certamente atrairá novos investimentos”. Com o protocolo do acordo aprovado, uma missão brasileira viajará para a Europa, os Estados Unidos e o Japão para pedir a adesão de todos os credores ao acordo firmado entre o governo brasileiro e o comitê assessor dos bancos.

O ministro da Economia informou que o montante dos juros atrasados se situa entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões. Desse total, 25% serão pagos em dinheiro, obedecido o teto de US\$ 2 bilhões. Desses 25%, 45% (ou seja, 11,25% do total) vencem dez dias após a aprovação do acordo pelo Senado. O resto será pago da seguinte forma: 55% dos 25% (13,75% do total) se-

rão pagos em sete prestações mensais consecutivas, com o primeiro vencimento no dia 17 de junho e o último no dia 13 de dezembro.

Esses valores, porém, só serão remetidos ao Exterior depois que o Brasil receber as manifestações formais de concordância dos bancos credores participantes do *Multi Year Deposit Facility Agreement* (Acordo Plurianual de Depósito de Recursos). Outra condição para o pagamento é a conclusão de um acordo entre o governo e o comitê dos bancos sobre a reestruturação do estoque da dívida de médio e longo prazos antes do vencimento da última prestação (13 de dezembro). Essa dívida de médio e longo do País prazo junto aos bancos privados gira em torno de US\$ 52 bilhões.